

A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares

*Thiago Ingrassia Pereira**
*Leandro Raizer***
*Mauro Meirelles****

Resumo

O surgimento do movimento dos denominados “pré-vestibulares populares” está associado à desigualdade de acesso ao ensino superior brasileiro, particularmente aos pobres e afro-descendentes. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior abre um debate sobre o próprio sistema de ensino, pois sua progressiva universalização ainda contrasta com a qualidade do ensino ofertado à juventude brasileira. Este artigo procura discutir o papel dos cursinhos populares de Porto Alegre na inclusão de segmentos sociais historicamente excluídos dos bancos universitários, na interface teórica entre a Sociologia e a Pedagogia, buscando alternativas teóricas e práticas para a construção de um ambiente educacional que fomente o crescimento econômico e tecnológico do país com justiça social.

Palavras-chave: Pré-vestibular popular. Democratização do ensino superior. Inclusão social. Pedagogia emancipatória.

Os vestibulares não estão baseados no conteúdo que o aluno recebe da rede pública. Os vestibulares estão baseados no que os cursinhos caros fornecem para quem pode pagar. Esse vestibular é desonesto, ele não pode se basear no que os cursinhos caros oferecem, tem que se basear em outros saberes.

Frei David

* Sociólogo, doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professor Assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim. E-mail: thiago.ingrassia@gmail.com

** Sociólogo, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Université de Montréal. Bolsista Capes. E-mail: leandraizer@gmail.com

*** Sociólogo, doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; bolsista Capes. E-mail: mauro-meirelles@hotmail.com

Recebido: 16.03.2010 – Aprovado: 29.04.2010

Introdução

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris em outubro de 1998, reuniu a comunidade acadêmica para debater sobre os rumos da educação superior e o papel da universidade no contexto societário. Desse encontro, por meio da Declaração de Paris, uma ampla agenda de questões foi levantada e, do ponto de vista formal, reafirmou-se, entre outras coisas, o compromisso com o conhecimento como patrimônio social e com a educação pública.

Além disso, foi definido no Acorde de Santiago, durante a I Cumbre – Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-Americanas, em agosto de 1999, o conceito de universidade pública: “O público é o que pertence a todo povo. A universidade pública é a que pertence à cidadania e está a serviço do bem comum” (PANIZZI, 2002, p. 13). A partir dessa reunião, seguiram-se diversos outros encontros e outros protocolos de intenções acerca do papel estratégico do ensino superior público, ratificando a educação como um direito. Nesse sentido, vale lembrar que o Brasil é signatário de diversos protocolos que procuram fortalecer a universidade pública, democratizando o acesso e a permanência dos estudantes.

Contudo, mesmo diante de alguns avanços importantes em sua democratização, como uma maior oferta de vagas e de cursos noturnos e da política de ações afirmativas (PEREIRA, 2008), o ensino superior público brasileiro é ainda muito elitista e extremamente excludente.

A conquista por uma vaga numa instituição de ensino superior (IES) pública – federal ou estadual – fica praticamente inalcançável para aqueles que não tiveram acesso aos recursos educacionais, familiares, afetivos e emocionais suficientes para vencer a disputa. Dessa forma, devido ao contexto socioeconômico que oprime boa parte da população, ao sucateamento da escola pública que atua decisivamente para a diminuição da qualidade do ensino ofertado e à necessidade permanente de qualificação que o mercado de trabalho exige, configura-se um descompasso entre a excelência das IES públicas e a sua disponibilidade de estar aberta àqueles que mais precisam de seu serviço.

Assim, na prática, ainda é preciso que se percorra um grande caminho entre as intenções expressas pela própria comunidade acadêmica, que já está incluída no ensino superior, contidas na Declaração de Paris, e a realidade de exclusão de pobres, negros e índios dos bancos universitários. Para de fato pertencer “a todo o povo”, a universidade precisa ser repensada e criar mecanismos de inclusão desses segmentos historicamente excluídos de seu ambiente. Sabemos que, paradoxalmente, como patrimônio público e estatal, as universidades públicas são mantidas inclusive pelos trabalhadores e desempregados que a elas não têm acesso.

Este texto discute um dos mais incipientes espaços na luta pela democratização do ensino superior: os cursos pré-vestibulares populares. Brevemente, será abordada a gênese desse movimento no Brasil e no Rio Grande

do Sul. Em seguida, o foco são as experiências de Porto Alegre que, devido ao seu caráter informal e voluntarista, se constituem em seu fazer cotidiano, apontando para perspectivas possíveis de um trabalho onde aparece o compromisso militante e a criatividade pedagógica.

A invenção dos cursinhos populares

Os cursinhos populares surgem efetivamente a partir do final da década de 1970, contudo, é na década de 1990 que a experiência do pré-vestibular para negros e carentes (PVNC), no Rio de Janeiro, vai servir de parâmetro para o grande surgimento dessas iniciativas na atualidade. A pluralidade e a informalidade, aliadas ao idealismo de alguns estudantes universitários, são algumas das características marcantes dos cursinhos, o que os tornam laboratórios de experiências pedagógicas que ainda carecem de um melhor entendimento acerca das possibilidades e limites que encerram.

Em seu estudo sobre os cursinhos, Castro (2005) aponta quatro fases da gênese dos cursinhos populares no Brasil: 1) na década de 1950, por meio da junção dos cursinhos da Faculdade Politécnica da USP e do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira, da USP de São Carlos; 2) durante a ditadura militar (1964-1985), com algumas experiências advindas de movimentos da teologia da libertação (“esquerda católica”); 3) décadas de 1980 e 1990, onde os cursinhos surgem a partir dos chamados “novos movimentos sociais”, principalmente

dentro de universidades públicas e/ou com apoio de administrações progressistas; 4) década de 1990 em diante, onde os cursinhos se vinculam a diversos movimentos comunitários, sendo um “encontro” com as práticas de educação popular presentes nas fases anteriores.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelos cursinhos populares acontece por meio de um “duplo movimento”, onde a preparação para as provas do vestibular acontece junto com discussões críticas sobre a realidade social e, até mesmo, sobre o próprio processo seletivo do vestibular. Em vista disso, Monteiro (1996) ratifica o desafio dos cursinhos populares:

A proposta metodológica, ideológica e filosófica é de não apenas repassar os conteúdos programáticos do segundo grau, mas ampliar a discussão de uma proposta de transformação da sociedade [...]. Nesse sentido a educação para a cidadania é, também, um desafio e objetivo político dos “prés”. (p. 58).

Com base nesses pontos, podemos ver que os cursinhos são manifestações organizadas que se orientam para um determinado fim, sendo constituídos por pessoas das mais diferentes concepções políticas e pedagógicas, portanto, com alto grau de pluralidade em seu corpo docente e de colaboradores, uma pluralidade política que, segundo Santos (2005, p. 4), é composta de “duas vertentes, a daqueles que politizam sua inserção e a daqueles que negam a dimensão política de sua atuação, se imbricam na cotidianidade dos cursos, disputando cada momento de construção das iniciativas”.

Os organizadores e participantes dos cursinhos, via de regra, são estu-

dantes universitários que, conscientes de seu papel na universidade/sociedade, buscam organizar cursinhos que deem conta de interferir na demanda dos segmentos populares excluídos do acesso ao ensino superior. Contudo, existe uma grande pluralidade de visões dentro do cursinho e nem todos os seus colaboradores são conscientes e politizados, inclusive muitos estudantes começam a dar aulas nos cursinhos com objetivos que fogem da democratização do acesso ao ensino superior ou da militância por um mundo menos desigual e injusto.

Nesse ponto, se destacam os professores que visam apenas experiência em sala de aula e aqueles que, mesmo sendo apenas uma ajuda de custo, realizam o trabalho, diante da falta de outras oportunidades, com o objetivo de auferir algum retorno em termos de dinheiro ou até de vale-transporte.

A partir da constatação de uma realidade objetiva de que pobres, negros, indígenas e estudantes de escolas públicas em geral apresentam muitas dificuldades para passar pelo vestibular e chegar à universidade, principalmente nas IES públicas, grupos de pessoas que geralmente viveram essas dificuldades, mas que, mesmo assim conseguiram entrar na universidade, se organizam e montam um espaço destinado para a revisão dos conteúdos das provas do vestibular.

Os mais diversos locais são usados para a “sala de aula” do cursinho popular: salão paroquial, associação de moradores, escolas públicas ou privadas e, até mesmo, um espaço em alguma residência. Assim, há um claro componente de ativismo nessas tentativas de preparação ao vestibular, sendo isso impor-

tante para a mobilização das pessoas, uma vez que o espaço de um cursinho é uma reunião de sonhos e necessidades que congrega pessoas com trajetórias similares e que, de alguma forma, não se acomodam diante da estrutura social que as oprime. Por isso, Sanger (2003) defende que os cursinhos populares são espaços de socialização e de troca de experiências que em muito ultrapassam a mera preparação ao vestibular, mexendo na própria autoestima das pessoas.

Como uma das maiores dificuldades no sistema ensino-aprendizagem é a baixa auto-estima e o sentimento de inferioridade que muitos candidatos apresentam, ao deparar com provas que exigem um grau muito maior de reflexão e conhecimento, a atuação desses cursinhos na preparação de uma consciência crítica é muito mais útil do que a “simples” apresentação de conteúdos (SANGER, 2003, p. 98).

O trabalho desenvolvido pelos cursinhos populares, por meio da socialização oriunda das relações horizontais de reciprocidade, pode influenciar positivamente as noções psicológicas das pessoas envolvidas nos projetos. Um dos fatores que faz parte do sucesso em qualquer atividade humana é autoestima, a consciência de que é possível fazermos algo que trará benefícios não só particulares (para a própria pessoa em nível microsistêmico), mas coletivos (para o conjunto da sociedade em nível macrosistêmico). Algumas pesquisas foram realizadas sobre a relação da autoestima do estudante com o seu desempenho no vestibular (GOES, 1991; BARROSO, 1976), mostrando que entre os fatores que influenciam os resultados

dos estudantes a condição socioeconômica assume relevância.

Já na década de 1970, Mosquera (1976) pesquisou as reações e relações dos adolescentes que frequentavam cursinho em Porto Alegre diante do vestibular e sua autoestima, constatando que todo o processo do vestibular mexe com a autoestima das pessoas, sendo que, em relação ao aspecto de classe social, “a de mais alto nível sócio-econômico-educacional manteve maior auto-estima e a de nível sócio-econômico-educacional mais baixo diminuiu sua auto-estima”. (p. 79).

Dessa forma, trabalhando com esse “duplo movimento”, os cursinhos vão agregando pessoas e ideias. Em novembro de 2005, por exemplo, aconteceu o II Encontro Regional de Cursos Pré-Vestibulares Populares em Santa Maria - RS, organizado pelo Alternativa Pré-Vestibular Popular de Santa Maria. Nesse encontro, talvez o mais importante em número de cursinhos e pessoas participantes realizado no estado, estiveram presentes coordenadores, professores e alunos de cursinhos populares de Porto Alegre, Viamão, Pelotas e Santa Maria.

Da teoria à prática: a experiência dos cursinhos populares em Porto Alegre

Com o objetivo de se constituírem como espaços alternativos de preparação ao vestibular, cursinhos populares foram sendo criados em Porto Alegre e hoje são uma realidade que atinge um número relevante de pessoas e institui-

ções em todas as suas atividades, desde os alunos, comunidades, colaboradores, universidades, escolas públicas e escolas privadas, ONGs e o poder público municipal.

Desde a década de 1990, os cursinhos populares passam a integrar o cenário da capital gaúcha por meio da experiência pioneira do Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares (PVZP) que segue, em linhas gerais, os pressupostos desenvolvidos pelo Educafro no PVNC e pelo Steve Biko na Bahia. Do trabalho realizado pelo Zumbi surgiram outras experiências de cursinhos populares em Porto Alegre. Contudo, existe uma controvérsia acerca do pioneirismo de outro cursinho, o do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue) da UFRGS, que teria surgido já nas décadas de 1950/1960. Como um centro acadêmico, o Ceue insere-se num padrão observado na história dos pré-vestibulares, onde, até a década de 1960, universitários garantiam dinheiro para o sustento de suas atividades acadêmicas dando aulas preparatórias para o vestibular. (PEZZI, 2002).

Além desses dois cursinhos citados que estão em atividade na cidade, temos cerca de outras 11 experiências engajadas na democratização do acesso ao ensino superior. Pesquisa realizada em 2006 (PEREIRA, 2007) apurou a existência de 13 cursinhos populares em Porto Alegre, entre os quais, a experiência do Cursinho Municipal, um intensivo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre em parceria com o Pré-Vestibular Monteiro Lobato que, diga-se de passagem, apenas revisava conteúdos para as provas sem a dimensão crítica desejável em cursos de caráter popular.

Ademais, essa ideia do cursinho popular da prefeitura não se sustentou, tanto que o curso não foi mais oferecido à população.

A própria estrutura da UFRGS abriga alguns cursinhos populares. Além do Ceue, o Zumbi dos Palmares utiliza uma sala da Faculdade de Educação no centro da cidade, o Resgate trabalha na Escola Superior de Educação Física (ESEF), no Jardim Botânico e no Campus do Vale atua o Alternativa Cidadã que, inclusive, possui registro como projeto de extensão da universidade. Além disso, merece destaque a experiência pioneira do cursinho popular da Restinga ligado ao Programa Conexões de Saberes/PROEXT/UFRGS.¹ O Pré-Vestibular Esperança Popular Restinga foi criado em 2006 numa associação de moradores do bairro e hoje trabalha numa escola municipal à noite, contando com o apoio de bolsistas de extensão da UFRGS.

A ligação de cursinhos populares com associações de moradores e movimentos sociais é muito forte. Junto à Associação Satélite-Prontidão, um clube histórico da comunidade negra de Porto Alegre, funciona um cursinho popular desde 1996. Também, há o cursinho na Associação de Moradores do Rubem Bertta (Amorb), em funcionamento desde 2005 a partir do trabalho de estudantes da Faculdade Porto-Alegrense (Fapa) que fica próxima à associação. Por meio da militância do movimento Resistência Popular, a comunidade do Morro Santana passou a ter um cursinho popular em abril de 2006.

É importante destacar o envolvimento de escolas, públicas em sua maioria, com os cursinhos populares. As

salas de aulas, principalmente no turno da noite, servem de abrigo para as aulas e demais atividades dos projetos. Como a criação de espaços alternativos de preparação ao vestibular não se configura em política pública, a presença dos cursinhos nas escolas é resultado da vontade política das direções e da capacidade de organização da comunidade escolar. Inclusive, esse é o caso do Colégio Rosário, escola privada tradicional de Porto Alegre, que abrigou diversas experiências de cursinhos populares e hoje conta com dois cursinhos em funcionamento em sua estrutura: o Xama, mantido pela ONG Sociedade Beneficente Cultural de Religião Africana Chama de Duas Faces e o Comunidade, que é um projeto de ação social da Congregação Marista.

Nesse sentido, outra escola Marista, o Colégio Marista Assunção, que à noite tem a denominação de Colégio Vettorello, em alusão à professora Ivone Vettorello, ativista de causas sociais no âmbito da escola, abriga o Bicho da folha, também desde 2006. Esses exemplos indicam a pluralidade das experiências que se constituem na fronteira entre o público e o privado.

Nesse sentido, além das experiências citadas, destaca-se a do cursinho popular da Organização Não-Governamental para a Educação Popular (Ongep). O Pré-Vestibular Popular (PVP), com início em agosto de 2000, é o projeto que fomentou a criação da Ongep em 2002, sendo criado por meio de uma proposta pensada por estudantes das mais diversas licenciaturas na disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação, ministrada pelo professor Carlos Machado, na Faculdade de Educação da UFRGS.

As primeiras aulas do cursinho ocorreram na Escola Estadual Professora Gema Belia (Gema), situada na zona leste de Porto Alegre, no turno da noite, numa região caracterizada pela pobreza e exclusão social de grande parte de seus habitantes. Para a concretização da atividade na escola, os organizadores contaram com a parceria do Movimento Comunitário Jardim Carvalho e o Jornal Espaço Aberto, mostrando o interesse da comunidade em contar com um cursinho acessível aos moradores e trabalhadores do bairro.

No ano de 2002, o PVP consolida-se como um espaço alternativo de preparação ao vestibular com a sua expansão para a Escola Estadual Florinda Tubino Sampaio, no bairro Petrópolis. A partir desse ano, o PVP passou a ofertar 120 vagas noturnas, 60 por escola, no espaço de duas salas para trinta alunos. Mesmo com a sua organização jurídica, a Ongep não possuía sede e funcionários efetivos, atuando basicamente apenas durante os horários de funcionamento das aulas nas escolas que cediam as salas ociosas do turno da noite. Além disso, a Ongep ocupava as dependências da UFRGS para a sua reunião administrativa mensal, onde se reuniam coordenadores, professores e representantes dos alunos.

Em 2005, a Ongep enfrentou grandes dificuldades em manter o PVP nas escolas públicas estaduais em que vinha desenvolvendo o seu trabalho. Ocupando duas salas ociosas, no turno da noite, a Ongep foi notificada por meio de um despacho do departamento jurídico da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul (SEE) que deveria “imediatamente” encerrar o seu traba-

lho nas escolas, sob pena de responder a processo judicial por ocupação de espaços públicos sem autorização do poder responsável. Diversos entraves de ordem burocrática e de vontade política dificultaram o estabelecimento de um convênio com o Estado, fato que impossibilitou a continuidade do cursinho nas escolas no próximo ano.

Assim, no ano de 2006, a Ongep, com recursos de um fundo de reserva oriundo dos anos anteriores, investiu no aluguel de um espaço no centro da cidade e iniciou as aulas no mês de maio com o curso semiextensivo noturno. A oferta foi de 55 vagas (cerca de setenta inscritos), número das carteiras constantes na sala de aula provenientes de doações e aquisição da instituição. No mês de agosto, foram abertas mais cinquenta vagas para o curso intensivo pela tarde (cerca de oitenta inscritos). Para a realização das aulas, a Ongep conta com 25 professores, desde estudantes a partir do quarto semestre da graduação até doutorandos.

Em relação à grade curricular, a Ongep se organiza para atender as disciplinas que constituem as provas do vestibular da UFRGS, oferecendo opção em Língua Estrangeira (espanhol ou inglês), mais a disciplina de Cultura e Cidadania (atual Sociologia). O turno da noite está organizado em cinco períodos de 40min com intervalo de 10min entre o segundo e o terceiro período. Já a turma da tarde tinha seis períodos diários com intervalo entre o terceiro e o quarto período. Aos finais de semana, acontecem as revisões dos conteúdos e atividades extraclasse, como palestras, churrascos, saídas de campo, futebol entre professores e alunos, visitas a

museus (UFRGS, PUCRS), entre outras atividades possíveis.

Assim, as atividades do PVP ilustram por onde um cursinho popular caminha, ou seja, a tentativa de trabalhar os conteúdos do vestibular a partir de uma dimensão crítica, apostando no estabelecimento de relações solidárias. Dessa forma,

o conhecimento deve ser trabalhado nos cursinhos populares a partir do estabelecimento de relações humanas em uma perspectiva horizontal, ou seja, que privilegia a troca de vivências entre os envolvidos nos projetos (educandos, educadores, organizadores, comunidade), tendo em vista as trajetórias de cada ente envolvido. Os próprios espaços informais nas comunidades ou mesmo nas escolas onde funcionam os pré-vestibulares servem para o tensionamento das hierarquias comumente observadas na relação pedagógica, além de outro fator que também se verifica não raramente: a indiferença com o outro (LEIPNITZ; PEREIRA, 2008, p. 109).

Por isso, o trabalho com educação popular é uma prática recorrente e um desafio pedagógico para as experiências alternativas de preparação ao vestibular. Para Paludo (2001), a educação popular surge em conexão com o que determina de “Campo Democrático e Popular” (CDP) e deve sempre ser recriada dentro dos movimentos sociais que lhe emprestam vida e dentre os quais encontra sua razão de ser. Analisando a educação popular pela perspectiva freireana, a autora argumenta a favor da importância de alguns pressupostos centrais para o educador pernambuca-

no: o método dialógico, a conscientização e a opção política do ato pedagógico. Para a autora,

a educação do popular que prescreve, que dirige, que manipula, jamais será libertadora, já que, em Freire, os sujeitos precisam tomar em suas mãos a história de construção das suas caminhadas em direção ao “ser mais”. Caminhadas que são marcadas pelo medo, pela alegria, pela coragem, pelo pessimismo, pelo amor, pela raiva, pela luta, mas que, uma vez iniciadas, mais cedo ou mais tarde rebelam-se contra as prescrições independentemente de quem as pauta. A pedagogia de Freire deixa claro que o aprofundamento e a recriação da concepção de Educação Popular e a qualificação das práticas exigem dos educadores populares a tarefa de pensar esta proposta político-pedagógica em diferentes espaços e tempos (PALUDO, 2001, p. 95).

Dessa forma, a educação popular é uma concepção progressista de educação e vai ao encontro dos anseios e expectativas dos segmentos marginalizados e excluídos do sistema capitalista. É na prática que encontra seu substrato teórico, mas uma prática que não prescinde da teoria e do ato reflexivo, pois nessa visão teoria e prática estão numa relação dialética.

Respondendo aos imperativos que produzem a ordem material e simbólica da sociedade e compreendendo esta sociedade como assimétrica e carente de justiça social, os cursos pré-vestibulares de caráter popular nascem com o intuito de incidir concretamente neste quadro. Historicamente, o ensino superior reveste-se, em nosso país, de um caráter

elitista e acessível, portanto, aos segmentos detentores de capital. As classes populares, apesar de financiar as instituições públicas, estão invariavelmente excluídas do ensino superior público e gratuito.

Considerações finais

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, constituir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história...

Paulo Freire

A tentativa de se compreender o papel desempenhado pelos projetos de cursinhos populares, em Porto Alegre, na democratização do acesso ao ensino superior é uma tarefa que brota da inserção concreta dessas experiências. Por trás desse movimento está o contexto societário mais amplo, no qual o capitalismo hegemônico redefine papéis e impõe novos desafios.

Os cursinhos populares se colocam como uma resposta à sociedade assimétrica que cobra de forma igual de seus membros (bastante desiguais) a sua inserção nas estruturas sociais. Tentando romper com o caráter utilitário do ensino, mas não desprezando esta face, os cursinhos populares, via de regra, não apenas reproduzem os conteúdos que são cobrados no vestibular, mas tentam dialogar com a existência dos sujeitos a partir de suas vivências. Nesse sentido,

disciplinas como Cultura e Cidadania explicitam essa proposta calcada em princípios de educação popular.

Mas quem faz o que e para quem? Esta é uma indagação necessária para não cairmos em ativismos cheios de boa vontade, mas ingênuos em seus atos cotidianos. É preciso termos clareza de alguns princípios e saber que esses espaços alternativos não possuem em si capacidade de mudança estrutural, visto que trabalham já com um segmento que conseguiu, pelo menos, chegar ao final do ensino médio. Talvez, o maior mérito dos cursinhos populares esteja no fato de chamarem a atenção para o processo meritocrático e injusto do vestibular que, conforme a análise empreendida, exclui importante contingente de pessoas que, de uma forma ou de outra, chegou ao final do ensino médio e tem o direito de prosseguir com seus estudos.

Assim, a presença de pessoas de baixa renda nos cursinhos populares já cobre de êxitos parciais estas experiências, pois estão indo de encontro à lógica excludente preponderante. Relatos de professores e coordenadores de cursinhos populares apontam que, em média, um aluno de cursinho popular leva dois anos para conseguir a aprovação e entrar na universidade pública. Mas será que não entrar na universidade é sinônimo de fracasso de um aluno que teve passagem em cursinhos populares? Se a resposta for positiva, não será que estamos caindo na mesma lógica (individualista, concorrencial e meritocrática) que tentamos romper e que gera a própria necessidade de cursinhos populares?

Por fim, os desafios são grandes, mas a luta cotidiana dos movimentos sociais e de intelectuais engajados já começa a fazer, talvez, um novo modelo de ensino, onde o processo de implementação de ações afirmativas nas universidades públicas, as leis que tratam do ensino da história afro-brasileira na formação de professores e na educação básica e a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio estão a indicar novos tempos no cenário educativo nacional. Junto a isso, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ainda precisa ser melhor analisado, por mais que a sua implementação como acesso ao ensino superior por si só já seja um indicativo da necessidade de uma reinvenção/desnaturalização (PEREIRA, 2008) do vestibular.

The struggle for democracy of the access to higher education: the popular preparation courses case

Abstract

The emergence of the movement of “popular pre-entrance exam course” is associated with unequal access to education in Brazil, particularly the poor and african descent. The struggle to democratize access to higher education opens up a debate on the education system itself, for its progressive universalization still contrasts with the quality of education offered to the Brazilian youth. This article examines the role of preparatory of Porto Alegre in the inclusion of historically excluded social segments

of university seats at the interface between theoretical sociology and pedagogy, the findings in theoretical and practical to build an educational environment that fosters economic growth and country’s technological and social justice.

Key words: Popular pré-entrance exam course. Democratization of higher education. Social inclusion. Emancipatory pedagogy.

Nota

- ¹ O Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares é desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação em parceria com o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. O programa teve início em 2004 em cinco IES federais e, ao final de 2006, estava presente em 32 IES federais. Na UFRGS, o Conexões de Saberes desenvolveu atividades entre 2005 e 2009.

Referências

- BARROSO, C. L. M. O vestibular e a auto-estima do jovem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 16, mar. 1976.
- CASTRO, C. A. *Cursinhos alternativos e populares: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente - SP, 2005.
- GOES, M. C. R. *Ansiedade: uma avaliação quantitativa de seus efeitos negativos sobre o desempenho no vestibular*. Psicologia - teoria e pesquisa, Brasília, v. 7, n. 2, maio/ago. 1991.
- LEIPNITZ, L.; PEREIRA, T. I. A prática pedagógica no cursinho popular da Ongep:

- aproximações com a pedagogia de Paulo Freire. In: MELLO, M. (Org.). *Paulo Freire e a educação popular: reafirmando o compromisso com a emancipação das classes populares*. Porto Alegre: Ippoa/Atempa, 2008.
- MONTEIRO, S. C. F. Pré-vestibular para negros e carentes – buscando o inédito-viável. *Revista de Orientação Educacional*, v. 3, n. 23, set. 1996.
- MOSQUERA, J. J. M. *Reações do adolescente em face do vestibular e sua auto-estima*. Educação e Realidade, n. 1, fev. 1976.
- PALUDO, C. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Camp, 2001.
- PANIZZI, W. M. (Org.). *Universidade: um lugar fora do poder*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- PEREIRA, T. I. O sistema de ingresso na UFRGS numa perspectiva histórica da formação da universidade brasileira. In: TET-TAMANZY, A. L. L.; BERGAMASCHI, M. A.; SANTOS, N. I. S.; ARENHALDT, R.; CARDOSO, S. (Org.). *Por uma política de ações afirmativas: problematizações do programa Conexões de Saberes/UFRGS*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- _____. *Pré-vestibulares populares em Porto Alegre: na fronteira entre o público e o privado*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PEZZI, A. C. Cursinhos – um rito de passagem. In: ANDRADE, R. M. T.; FONSECA, E. F. (Org.). *Aprovados! Cursinho pré-vestibular e população negra*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002.
- SANGER, D. S. *Para além do ingresso na universidade – radiografando os cursos pré-vestibulares para negros em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- SANTOS, R. E. *Pré-vestibulares populares: dilemas políticos e desafios pedagógicos* (texto digitado), 2005.